



PLANO DE ENSINO

[Plano de ensino adaptado, em caráter excepcional e transitório, para substituição de aulas presenciais por aulas em meios digitais, tendo em vista a pandemia do novo coronavírus – COVID-19, em atenção à Portaria MEC 544, de 16 de junho de 2020 e à Resolução 140/2020/CUn, de 24 de julho de 2020]

1 IDENTIFICAÇÃO

Disciplina Obrigatória: - Gestão e Planejamento em Serviço Social II

Código: DSS 7128

Turmas: 08339 Fase: 8ª Semestre: 2021.2

Professor (a): Dr^a Sirlândia Schappo

Formas de atendimento: *Webconferência*, e-mails e mensagens via moodle.

Carga horária: 4,5 h/a semanais – 72 créditos

Detalhamento da carga horária para atividades síncronas e assíncronas:

Serão realizados encontros síncronos semanais de 2h/a. O restante da carga horária semanal será composta por atividades e avaliações assíncronas que serão disponibilizadas via moodle conforme o conjunto de conteúdos previstos para cada semana.

2 EMENTA

Financiamento e gestão das políticas sociais e do terceiro setor. O financiamento público e a filantropia. Metodologias de avaliação de políticas sociais. O Assistente Social na elaboração, coordenação, execução e avaliação de programas e políticas sociais.

3 OBJETIVOS

GERAL: Proporcionar ao estudante a compreensão sobre o financiamento e avaliação de planos, programas e projetos sociais e o conhecimento do papel dos assistentes sociais no planejamento e na gestão das instituições públicas e privadas

ESPECÍFICOS:

- Conhecer os modelos e as normatizações do planejamento e financiamento das políticas sociais e dos projetos sociais.
- Conhecer as metodologias de avaliação de políticas sociais.
- Compreender o trabalho dos assistentes sociais nas instâncias de planejamento, gestão e avaliação de programas e projetos sociais

4 CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

UNIDADE I – Gestão e Planejamento: implicações no Serviço Social

Referências Básicas:



Texto 1 BONIN, Silvana. KRUGER, Tânia. Planejamento e Serviço Social. Sociedade em Debate, n. 21, v. 2, 2015. (p. 63-83). Disponível em: <http://revistas.ucpel.tche.br/index.php/rsd/article/view/1216>. Acesso em: 17 de dezembro de 2020.

Texto 2 SOUZA Filho, Rodrigo e GURGEL, Cláudio. As funções gerenciais básicas: direção, organização, planejamento e controle. In. **Gestão Democrática e Serviço Social: princípios e propostas para a intervenção crítica**. Editora Cortez, 2018, p. 205-233 (arquivo será disponibilizado digitalizado)

Texto 3 CARDOSO JR, José Celso. **Estado, planejamento, gestão e desenvolvimento: Balanço da experiência brasileira e desafios no século XXI**. In. CEPAL – Coleção Documentos de projeto. Março/2014. Disponível em:
http://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/36635/S2014190_pt.pdf;jsessionid=1521BC5E00C34CA02BE4F088CC930C91?sequence=1 acesso em 05/04/2017. Acesso em: 17 de dezembro de 2020.

UNIDADE II – O fluxo do planejamento, orçamento e financiamento público no Brasil

Referências Básicas:

Texto 4 GUEDES, Odilon. **O plano diretor e as leis orçamentárias (PPA, LDO, LOA) como instrumentos de planejamento na administração pública**. Disponível em:
http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/cao_cidadania/Congresso/II_Congresso/2odilon-leis%20or%C3%A7ament%C3%A1rias%20como%20instrumento%20de%20planejamento.doc
Acesso em: 17 de dez. de 2020.

Vídeos:

Vídeo - O que é o PPA - Plano Plurianual. <https://www.youtube.com/watch?v=gnJv9dFhMdw>

Vídeo - Orçamento Público- Noções Gerais - <https://www.youtube.com/watch?v=8DW21KaDgro>

Vídeo - O que é a LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias <https://www.youtube.com/watch?v=z0PoLMrvqjQ>

Texto 5 SALVADOR, Evilásio. Fundo público e conflito distributivo em tempos de ajuste fiscal no Brasil. In: POCHMANN, Márcio. CASTRO, Jorge Abrahão (orgs.). **Brasil: Estado social contra a barbárie**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2020.

Texto 6 KRÜGER, T. R. NEGRI, F. L e JESUS, E. **Planos de Contingência em razão da Pandemia de Covid-19: subsídios para elaboração**. Comitê SUAS/SC: em defesa da vida. Junho 2020. Disponível <https://comitesuassc-covid19.org/artigos/>

UNIDADE III – Avaliação de políticas sociais, sistema de informação e indicadores sociais

Referências Básicas:

Texto 7 SEIBEL, Erni José; GELINSKI, Carmen Rosário Ortiz G. Concepção do Estado e escolha da metodologia de avaliação de políticas públicas. Cadernos de Pesquisa Interdisciplinar em Ciências Humanas, v. 13, n. 102, 2012.



Texto 8 ARRETCHE, Marta T. S. Tendências no estudo sobre avaliação de políticas públicas. **Terceiro Milênio: Revista Crítica de Sociologia e Política** Ano I n. 1 Julho a Dezembro/2013.

Texto 9 JANNUZZI, Paulo de Martino. Considerações sobre o uso, mau uso e abuso dos indicadores sociais na formulação e avaliação de políticas públicas municipais. **RAP**. Rio de Janeiro 36(1):51-72, Jan./Fev. 2002.

Texto 10 BOSCHETTI, Ivanete. Avaliação de políticas, programas e projetos sociais. In: **Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Serão realizadas atividades síncronas e assíncronas. As atividades síncronas com exposições orais, discussões e debates, serão realizadas via *Webconferência* por meio do *BigBlueButton*, cujo acesso será disponibilizado no moodle da disciplina. As atividades assíncronas serão compostas por leituras, estudos, vídeos, tarefas, questionários e análise crítica. Os textos das referências básicas e complementares, os links dos vídeos, assim como os materiais das aulas síncronas serão disponibilizados no moodle da disciplina.

Observação sobre os direitos autorais e de uso de imagem:

O uso da imagem exige autorização das pessoas envolvidas. As atividades via *Webconferência* serão produzidas especificamente para essa disciplina/turma. Sua reprodução e divulgação não está autorizada. Não será permitido gravar ou reproduzir os materiais disponibilizados. O item 8 deste plano de ensino traz maiores orientações em relação a esta questão.

A **frequência** será mensurada a partir da entrega das atividades/avaliações/produtos e da participação nas atividades síncronas. As atividades/avalições/produto contarão 51% da frequência (sendo 12,75% cada). A participação nos encontros síncronos contará 49% da frequência (sendo 3,5% cada).

6 AVALIAÇÃO

A avaliação e a frequência serão mensuradas a partir da entrega de atividades avaliativas/produtos de forma desconcentrada e distribuída durante o semestre. Estas serão disponibilizadas no moodle a cada conjunto de conteúdos e deverão ser entregues nos prazos estabelecidos. Cada atividade/avaliação terá pontuação de 0-10. As notas serão somadas e divididas por 4 para a composição da Média Final.

As atividades avaliativas a serem adotadas serão compostas por:

- 2 Questionários online
- 1 Tarefa no moodle - Atividade de levantamento de Indicadores
- 1 Análise crítica de um dos planos setoriais de política social.

Recuperação do conteúdo programático: Ao final do semestre, os estudantes que obtiverem média final inferior a 6,0 (seis) pontos e superior a 3,0 (três) pontos, terão direito à recuperação.

7 CRONOGRAMA (Em construção...)



8 Adoção de Medidas relativas ao Ensino Remoto conforme Ofício Circular Conjunto n.º 003/2021/PROGRAD/SEAI

Tópicos visando resguardar direitos e conferir maior segurança no ambiente virtual

- a) Espera-se dos(as) discentes condutas adequadas ao contexto acadêmico. Atos que sejam contra: a integridade física e moral da pessoa; o patrimônio ético, científico, cultural, material e, inclusive o de informática; e o exercício das funções pedagógicas, científicas e administrativas, poderão acarretar abertura de processo disciplinar discente, nos termos da Resolução nº 017/CUn/97, que prevê como penalidades possíveis a advertência, a repreensão, a suspensão e a eliminação (desligamento da UFSC).
- b) Devem ser observados os direitos de imagem tanto de docentes, quanto de discentes, sendo vedado disponibilizar, por quaisquer meios digitais ou físicos, os dados, a imagem e a voz de colegas e do(a) professor(a), sem autorização específica para a finalidade pretendida e/ou para qualquer finalidade estranha à atividade de ensino, sob pena de responder administrativa e judicialmente.
- c) Todos os materiais disponibilizados no ambiente virtual de ensinoaprendizagem são exclusivamente para fins didáticos, sendo vedada a sua utilização para qualquer outra finalidade, sob pena de responder administrativa e judicialmente.
- d) Somente poderão ser gravadas pelos discentes as atividades síncronas propostas mediante concordância prévia dos docentes e colegas, sob pena de responder administrativa e judicialmente.
- e) A gravação das aulas síncronas pelo(a) docente deve ser informada aos discentes, devendo ser respeitada a sua liberdade quanto à exposição da imagem e da voz.
- f) A liberdade de escolha de exposição da imagem e da voz não isenta o(a) discente de realizar as atividades avaliativas originalmente propostas ou alternativas, devidamente especificadas no plano de ensino.
- g) Os materiais disponibilizados no ambiente virtual possuem licenças de uso e distribuição específicas, a depender de cada situação, sendo vedada a distribuição do material cuja licença não o permita, ou sem a autorização prévia dos(as) professores(as) para o material de sua autoria.

9 Referências Complementares

ARRETCHE, Marta. (Org.). **Trajatória das Desigualdades**: Como o Brasil mudou nos últimos cinquenta anos. São Paulo: UNESP; CEM, 2015.

BARROS, Priscilla Cordeiro Cruz de. O Serviço Social na trilha da gestão como espaço sócio ocupacional. In **O exercício profissional de assistentes sociais em cargos de gestão**: desafios ao projeto ético-político. p. 34-44. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Serviço Social, UFPE. Recife. 2018. Disponível <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/30375>. Acesso em 17 de dez. de 2020.



CARDOSO JR, José Celso. 1 Introdução. 2 Evidências Históricas. (p. 08-18). In: **Política e Planejamento no Brasil: balanço histórico e propostas ao Plano Plurianual 2016-2019**. Texto para Discussão - 2020. IPEA. Brasília: Rio de Janeiro: IPEA, 2014.

CASTRO, Jorge Abraão de. Evolução do bem-estar social dos brasileiros: da expectativa cidadã ao prenúncio da barbárie social. In: POCHMANN, Márcio. CASTRO, Jorge Abrahão (orgs.). **Brasil: Estado social contra a barbárie**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2020.

MIOTO, Regina C. T.; NOGUEIRA, Vera M. R. Sistematização, planejamento e avaliação das ações dos assistentes sociais no campo da saúde. In: MOTA et al. (Org.). **Serviço social e saúde: formação e trabalho profissional**. São Paulo: Cortez, 2006. p. 273-303.

NOGUEIRA, Vera. Avaliação e Monitoramento de Políticas e Programas Sociais – revendo conceitos básicos. **Revista Katálysis**. v.5. N.2 jul/dez 2002. Florianópolis SC.

NOTA TÉCNICA. LDO/LOA 2021 E PEC 188: Piso Mínimo Emergencial para Serviços Essenciais, desmonte do Estado pela PEC do Pacto Federativo e necessidade de mudanças urgentes nas regras fiscais. Coalizão Direitos valem mais. 2020. Disponível em: https://direitosvalemmais.org.br/wp-content/uploads/2020/09/NOTATECNICA_DVM_LOALDOPEC188.pdf.pdf Acesso em: 17 de dezembro de 2020.

SALVADOR, Evilasio. O desmonte do financiamento da seguridade social em contexto de ajuste fiscal. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 130, p. 426-446, 2017

TEIXEIRA, Joaquina B. Formulação, administração e execução de políticas públicas. Gestão e planejamento no campo das políticas sociais. In: **Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. p.554-574.